

O MUSEU HISTÓRICO LA SALLE E O FUNDO MEMÓRIA DO CINEMA ANTONIO JESUS PFEIL: ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA PARA ACERVOS HISTÓRICOS

Yuan Veiga Pereira¹
Cleusa Maria Gomes Graebin²
(Universidade La Salle)

RESUMO: Neste relato de experiência, buscamos apresentar trabalho realizado com o Fundo Memória do Cinema Antonio Jesus Pfeil, custodiado pelo Museu Histórico La Salle-MAHLS, da Universidade La Salle. A documentação chegou ao MAHLS por doação de seu proprietário, o cineasta gaúcho Antonio Jesus Pfeil, em 2001. Nosso trabalho consistiu na criação de instrumentos de pesquisa (inventário, guia de acervo e catálogo) para este arquivo pessoal e privado, cuja gestão derivou na criação de um fundo documental representativo, tanto da trajetória do cineasta e pesquisador, como também do cinema brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Fundo Memória do Cinema. Instrumento de Pesquisa. Guia. Catálogo. Arquivo pessoal e privado.

THE “MUSEU HISTÓRICO LA SALLE” AND THE “FUNDO MEMÓRIA DO CINEMA ANTONIO JESUS PFEIL”: ELABORATION OF RESEARCH INSTRUMENTS FOR HISTORICAL COLLECTIONS

ABSTRACT: *In this experience report, we seek to present work carried out with the “Fundo Memória do Cinema Antonio Jesus Pfeil”, sponsored by the “Museu Histórico La Salle-MAHLS” of La Salle University. The documentation arrived at MAHLS by donation of its owner, the “Rio Grande do Sul” filmmaker, Antonio Jesus Pfeil, in 2001. Our work consisted in the creation of research instruments (inventory, collection, guide and catalogue) for this personal and private archive, whose management resulted in the creation of a documentary fund representative of both the filmmaker and researcher trajectory, as well as of Brazilian cinema.*

KEYWORDS: *“Fundo Memória do Cinema”. Research Instrument. Guide. Catalogue. Personal and private archive.*

¹ Bacharel e licenciado em História pela Universidade La Salle – RS. Atuou como estagiário voluntário no Museu Histórico La Salle (MAHLS) nos anos de 2016 e 2019. Trabalha como assistente no Arquivo Central da Universidade La Salle. Contato: yuanpereira2013@gmail.com. Cursando Arquivologia (UFRGS).

² Doutora e Mestre em História pela Unisinos. Professora e Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle; Professora dos Cursos de História, Arquitetura e Urbanismo e Pedagogia da instituição. Coordenadora do Museu Histórico La Salle. Editora da Mouseion Revista Eletrônica. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2919-5687>. Contato: cleusamggr@gmail.com

O MUSEU HISTÓRICO LA SALLE E O FUNDO MEMÓRIA DO CINEMA ANTONIO JESUS PFEIL: ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA PARA ACERVOS HISTÓRICOS

1 INTRODUÇÃO

Uma das tarefas mais árduas no trabalho do historiador enquanto pesquisador está intimamente ligada ao rastreamento de informações e dados para a construção de seus estudos. Isso se dá a partir de inúmeras buscas que este deve desempenhar em suas incursões aos arquivos de caráter histórico, ou seja, arquivos em fase permanente. Para que possamos compreender como se dá a construção destes acervos destacamos aqui as três fases do ciclo vital dos documentos de arquivo compreendidos por Rosangela Gomes³, fases estas que também são definidas como teoria das três idades. No entendimento de Gomes as três etapas são definidas em primeira, segunda e terceira idade. Na primeira idade os documentos do arquivo encontram-se em fase corrente, ainda apresentando uso funcional dentro da utilização para a qual foram criados. A segunda idade refere-se aos documentos em arquivos intermediários, que já ultrapassaram sua validade jurídico-administrativa, mas que ainda podem vir a ser consultados por seu produtor. Nessa fase os documentos passam por uma análise criteriosa a partir das tabelas de temporalidade, que definem o prazo de vida dos mesmos. É nesse momento que são determinados os documentos de valor histórico, que passarão à próxima fase. Na terceira idade os documentos são acondicionados em arquivos permanentes, onde devem ser salvaguardados para consulta e pesquisa. Acerca destas definições também encontramos os apontamentos da historiadora Janice Gonçalves, onde a mesma destaca em seu manual *Como Classificar e Ordenar Documentos de arquivo*:

Teoricamente, o arquivo permanente de uma entidade é o seu arquivo corrente transformado pelas eliminações efetuadas no processo de avaliação e pelas mudanças observadas nos valores primários e secundários de seus documentos.⁴

Determina-se com isso que, em grande medida, os arquivos permanentes acabam sendo a última fase dos documentos que passaram por um processo jurídico-administrativo, e que adquirem seu caráter histórico devido a sua relevância nesse sentido. No entanto, é importante destacar que os documentos que compõe arquivos permanentes e históricos não se tratam somente daqueles considerados de caráter oficial como documentações administrativas. Esses

³ GOMES, Rosangela. Arquivo Permanente: construção de modelo arquivístico para o Tribunal de Justiça. Rio de Janeiro: TJRJ, 2014. Disponível em: <encurtador.com.br/prtuL>. Acesso em 22 set. 2019.

⁴ GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. p. 35.

arquivos também podem ser compostos de outros tipos de documentos, como a exemplo de documentações pessoais relacionadas a vida e obra de determinadas pessoas, as quais podem apresentar certo valor científico, cultural, social, artístico e histórico.⁵

Sejam documentos administrativos, pessoais ou de outros tipos, a documentação de qualquer arquivo, tanto corrente quanto intermediário ou permanente, deve seguir princípios de separação de documentos para que os mesmos não se misturem, devendo haver uma divisão entre seus grupos documentais⁶. Para isso se faz indispensável a fixação de fundos nestes arquivos. Na medida de compreendermos melhor essa definição aqui destacamos o conceito de fundo para Heloísa Bellotto:

Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim.⁷

Em vista disso, observamos os fundos como organismos documentais separados dos demais conjuntos de documentos de acordo com as condições e funções previstas para os mesmos na sua produção, por parte de seus produtores, sejam estes órgãos administrativos ou pessoas físicas.

Tendo em vista que o presente artigo é o produto de uma experiência relacionada a criação de instrumentos de pesquisa ligados à um fundo pessoal e privado que hoje faz parte de acervo museológico, partamos inicialmente para a conceituação de arquivos privados e pessoais na medida de compreendermos as características dos mesmos. Para Carlos Bacellar, um arquivo privado pode ser definido como “acervos de pessoas, de famílias, grupos de interesse (militantes políticos, instituições, clubes etc.) ou de empresas”⁸. No mesmo sentido encontramos a definição dada pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística no qual é caracterizado como “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa”⁹. Logo, é possível identificar arquivos privados como sendo acervos acumulados e gerados por pessoas físicas ou jurídicas a partir de interesses e atividades pessoais, diferindo-se de questões públicas ou governamentais, por exemplo. Tais documentos, de acordo com Tognoli e Barros “refletem os interesses

⁵ TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. Revista Ponto de Acesso, Salvador, V. 5, n. 1, 2011, p. 66-84.

⁶ Tais princípios são conhecidos como “Princípio de Respeito aos Fundos”, tendo sido criados na França em 1841, tornando-se um dos principais fundamentos da arquivística moderna. Consiste no respeito aos fundos arquivísticos embasados no princípio onde estes devem ser mantidos agrupados, sem que haja uma mistura a outros grupos documentais, ou seja, provenientes de outras entidades ou pessoas físicas (SOUSA, 2003).

⁴ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 128.

⁸ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla (ORG.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 42.

⁹ DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 36.

ideológicos e jurídico-administrativos de determinada pessoa, a memória institucional no caso das empresas e no caso dos acervos pessoais a memória individual”¹⁰.

Seguindo esta linha de pensamento, ainda identificamos nos estudos de Tognoli e Barros¹¹ uma definição para arquivo pessoal, na qual este é compreendido como um grupo de documentos resultante de atividades relacionadas à vida e/ou obra de pessoas que se destacaram em determinado momento e em algum seguimento, seja ele político, artístico, intelectual, etc. Esse tipo de arquivo é usualmente organizado de duas formas gerais, referentes aos bens pertencentes ao produtor do arquivo bem como à documentação relacionada à sua função – ambas doadas pelo indivíduo produtor do acervo¹². Assim, arquivos pessoais podem ser configurados por diversos materiais, oriundos tanto da vida quanto da obra do produtor, que gerou estes documentos no espectro privado de sua trajetória e, posteriormente, cedeu à uma instituição de memória para sua salvaguarda e disponibilidade para pesquisa.

Foi a partir dos conceitos aqui explanados, bem como da compreensão da necessidade da elaboração de instrumentos de pesquisa que facilitassem a consulta ao Fundo documental em questão, que nos propusemos à elaboração daqueles, experiência que aqui relatamos.

2 INSTRUMENTOS DE CONTROLE E PESQUISA

No que diz respeito à organização de arquivos permanentes, identificamos alguns passos que a serem seguidos para controle e futura consulta de pesquisadores nesse tipo de acervo. Este processo inicia-se com a higienização e organização, seguida de tipificação, classificação e catalogação da documentação. Essas etapas configuram-se como o primeiro processo pelo qual o material é submetido ao ter sua chegada à agência custodiadora. Na sequência, tem-se o desenvolvimento dos instrumentos necessários para a facilitação da pesquisa, etapa essa de suma importância para um arquivo permanente, uma vez que a possibilidade de investigação é a principal função de um arquivo com acervo deste caráter¹³. Esses instrumentos, de acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, tratam-se de um “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes”¹⁴. Acerca da necessidade de tais instrumentos, Bacellar nos alerta que:

[...] são obras fundamentais à pesquisa, pois remetem o consulente, com maior ou menor precisão, às fontes disponíveis. Essas fontes devem ter passado,

¹⁰ TOGNOLI; BARROS, op. cit., p.72.

¹¹ TOGNOLI; BARROS, op. cit.

¹² DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, 1998, n.21, p.151-168.

¹³ SILVA, James Roberto et al. Organizando um Arquivo Histórico: Um thesaurus para o Poder Judiciário do Estado do Amazonas e para a história. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, V. 25, n. 1, 2012, p. 161-174.

¹⁴ DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística, op. cit., p. 108.

portanto, por algum tratamento arquivístico prévio, visando a sua organização e identificação. Essa prática, contudo, não é corrente a não ser nos principais arquivos públicos e privados, os restantes contando com simples listagens desorganizadas do acervo, informando títulos e, quando muito, datas-limite.¹⁵

Embora muitos arquivos encontrem dificuldades na criação de tais instrumentos, os interesses dos usuários, neste caso os pesquisadores, devem ser priorizados, não somente na construção desses materiais de consulta, como também no próprio ato da busca no acervo. Para isso, se faz necessário que os funcionários do arquivo também conheçam os interesses daqueles que o consultam, tendo este fator em mente durante a criação desses instrumentos.¹⁶

Bacellar¹⁷ ainda destaca a necessidade de serem disponibilizados diversos tipos de instrumentos de pesquisa, em variados formatos, para facilitar o acesso aos documentos, tanto por parte dos pesquisadores, quanto dos funcionários do arquivo. No entanto, essa tarefa se torna, por muitas vezes, inviável, pois demanda tempo e muito trabalho, algo que, dentro da realidade dos escassos recursos humanos de nossos arquivos, acaba por reduzir a confecção desses instrumentos a um número menor. Dessa forma, muitas vezes, são criados somente materiais que trazem consigo informações mais gerais a respeito do arquivo e determinados fundos, não havendo instrumentos que possam ser consultados, com uma descrição mais detalhada dos documentos que compõe esses acervos. Seguindo essa linha de raciocínio o autor ainda indica saídas para se lidar com este tipo de problema:

Hoje, o ideal, em termos de instrumentos de pesquisa, é oferecer ao consulente informações sobre os órgãos produtores de documentação, caracterizando, também, a tipologia documental produzida e acumulada, com a informação genérica das competências administrativas previstas e realizadas que lhe dizem respeito. Dessa maneira, o pesquisador, ao chegar em um arquivo, poderia ser encaminhado para consultar fundos e séries documentais contendo as informações que deseja, sem perda de tempo no trabalho de detetive que muitas vezes lhe cabe.¹⁸

No caso dos arquivos permanentes, Janice Gonçalves destaca a importância de “primeiramente, estudar a história, a estrutura e o funcionamento da entidade, e a partir disso elaborar uma classificação para os documentos”¹⁹. Levando-se em conta as sugestões de tais autores, fica clara a necessidade da elaboração de instrumentos que indiquem informações gerais a respeito dos acervos do arquivo e que também destaquem as classificações e ordenações aplicadas aos documentos destes acervos. Isso acaba por facilitar o entendimento do por que tais

¹⁵ BACELLAR, op. cit., p. 51.

¹⁶ GONÇALVES, op. cit.

¹⁷ BACELLAR, op. cit.

¹⁸ BACELLAR, op. cit., p. 52.

¹⁹ GONÇALVES, op. cit., p. 34.

documentos foram organizados de determinada forma, conseqüentemente, colaborando na consulta destes.

Na medida de compreendermos melhor como se dão os processos de classificação e ordenação para a posterior criação dos instrumentos de pesquisa, partamos para as definições de tais conceitos. Nesse sentido, Ariane Ducrot compreende a classificação, dentro de arquivos pessoais e familiares, como: “[...] conjunto das operações intelectuais e materiais que permitem organizar um fundo de arquivos de modo a facilitar ao máximo as consultas, quaisquer que sejam os pesquisadores e quaisquer que sejam os temas de suas pesquisas”²⁰. Em relação a este mesmo conceito, ainda encontramos nos textos de Gonçalves²¹ uma definição que configura o objetivo principal da classificação como sendo a organização de um determinado acervo, baseada na aplicação de uma lógica a partir da qual são criadas categorias - classes genéricas - que tratam das funções de cada um dos documentos que formam este acervo. Visto isso, a ordenação teria como objetivo:

[...] facilitar e agilizar a consulta aos documentos, pois, mesmo no que se refere a uma mesma atividade, e em relação a um mesmo tipo documental, os documentos atingem um número significativo. A adoção de um ou mais critérios de ordenação para uma série documental permite evitar, em princípio, que, para a localização de um único documento, seja necessária a consulta de dezenas ou centenas de outros.²²

Em vista disso, percebemos a necessidade da classificação e ordenação estarem ligadas às informações relacionadas ao contexto de produção dos documentos, uma vez que suas classes, formadas de unidades constituídas de séries, subséries, grupos e subgrupos são pensadas a partir das funções e tipologias de cada tipo de documento. Esse fator colabora para a compreensão da organização e funcionamento do acervo por parte daquele que o consulta, bem como de seus funcionários, na medida em que possibilita uma organização rápida e precisa, proporcionada pela classificação e ordenação²³. Isso se torna possível por meio do processo que conhecemos como descrição, sendo ela um “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para a elaboração de instrumentos de pesquisa²⁴, ou ainda, uma “maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores”²⁵. Esse processo trata-se do detalhamento de informações a respeito dos documentos do acervo, que podem ser descritos desde a classificação dos documentos para uso interno do arquivo até a criação dos instrumentos de pesquisa.

²⁰ DUCROT, op. cit., p. 151.

²¹ GONÇALVES, op. cit.

²² GONÇALVES, op. cit., p. 11.

²³ GONÇALVES, op. cit.

²⁴ DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística, op. cit., p. 67.

²⁵ BELLOTTO, op. cit., p. 180.

Em relação aos principais tipos de instrumentos de pesquisa elaborados em arquivos e que podemos encontrar com maior frequência, devido ao seu caráter de descrição mais geral em relação aos acervos, destacam-se os guias de acervo, inventários, catálogos e índices²⁶. Considerando que o presente artigo é produto da experiência de um estágio, aqui serão destacados somente os conceitos de guia de acervo, inventário e catálogo, uma vez que esses foram os seus frutos, na medida em que foram elaborados em um curto prazo. Para isso, devemos levar em conta que a construção de instrumentos mais detalhados demandaria um período de tempo maior para ser realizada.

Como já visto, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo pesquisador ao chegar à arquivos/museus para consultar documentos é a localização desses, é o impedimento gerado pela falta de materiais de consulta que sejam precisos para facilitar esse trabalho, como Bacellar destaca: “Essa tarefa é, em geral, bastante dificultada pela rarefação de guias de fontes arquivísticas, que servem como primeira aproximação no processo de detectar a disponibilidade da documentação que se procura”²⁷. Em vista disso, torna-se necessário que um dos primeiros materiais de controle e consulta de acervo que devem ser criados em um arquivo é o guia, na medida em que o compreendemos como um “Instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos”²⁸. A respeito disso, Bellotto afirma que “na família dos instrumentos de pesquisa, o guia é o mais abrangente e o mais “popular”, pois é apresentado numa linguagem que pode atingir também o grande público e não, especificamente, os consulentes típicos de um arquivo: historiadores e administradores”²⁹. Percebemos que este é um instrumento de caráter mais geral em sua descrição, pontuando os principais detalhes dos acervos pertencentes ao arquivo, sob uma visão mais ampla e menos direcionada à fundos específicos. Sob este olhar, o guia de arquivo é um instrumento que visa a dar visibilidade à entidade, apresentando um panorama de seu acervo.

Em relação ao inventário, este pode ser identificado como um instrumento originado a partir de uma descrição baseada nas séries documentais, seguidas de uma ordem hierárquica. Define-se como um dos principais instrumentos de controle que podem ser criados, devendo ser um dos primeiros a serem elaborados, pois se trata, em grande medida, de um mapeamento da documentação de determinado acervo³⁰. O inventário, segundo Bellotto, por seu caráter sumário

²⁶ MAESIMA, Cacilda; LEME, Edson José Holtz; NETO, José Miguel Arias. Noções de Arquivística e Organização de Arquivos Históricos: descrição arquivística. 2010. 38 slides. Disponível em: < <https://slideplayer.com.br/slide/359971/>>. Acesso em 29 mai. 2019.

²⁷ BACELLAR, op. cit., p. 51.

²⁸ DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística, op. cit., p. 102.

²⁹ BELLOTTO, op. cit., p. 191.

³⁰ COSER, Patrícia Elisiane da Rocha. O Guia de Fundos como instrumento de pesquisa para difusão do acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. 2014. 89 f. (Monografia de Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, Sapucaia do Sul, 2014.

abrange uma descrição mais parcial e menos analítica, tratando-se de um levantamento mais rígido e engessado aos dados do acervo³¹.

Outro material de igual importância é o catálogo. Normalmente, este se apresenta sob um caráter de descrição intimamente relacionado às unidades documentais, apresentando fundos ou arquivos a partir de suas séries³². Segundo Bellotto, “é o instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem de classificação”³³. Sob estes entendimentos, o catálogo trata-se de um instrumento que seleciona determinados grupos e séries documentais e os descreve de maneira minuciosa, a partir da análise de cada um dos documentos que os compõe.

No entanto, dentro do catálogo encontramos uma subdivisão conhecida como catálogo seletivo - a qual se aproxima do instrumento produzido durante a experiência que aqui será explanada. Este pode ser entendido como um “catálogo que toma por unidade documentos previamente selecionados, pertencentes a um ou mais fundos ou arquivos, segundo um critério temático”³⁴. Percebemos esse instrumento como sendo de caráter de descrição seletiva, na medida em que elege determinada temática e fundo ou fundos, para terem seus documentos descritos com dados específicos para consulta, facilitando ainda mais a pesquisa.

Isto posto, partimos agora, para uma breve apresentação do fundo objeto do trabalho, assim como da entidade que o guarda.

3 O MAHLS E O FUNDO “MEMÓRIA DO CINEMA ANTONIO JESUS PFEIL”

O Museu Histórico La Salle (MAHLS), localizado em Canoas, foi criado em 1998, como órgão da Universidade La Salle. A entidade, a partir de 2016, opera hierarquicamente ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão, como unidade estratégica de pesquisa e seu escopo é o de comunicar acervos sobre história da educação, notadamente a lassalista. Portanto, como museu universitário, suas coleções são alimentadas por aquilo que a universidade produz em termos de conhecimento. Estas se constituem como elementos significativos de programas e projetos de pesquisa, ensino e extensão, dão base para atividades educativas e culturais, atendendo diferentes públicos, notadamente o acadêmico. Seu espaço promove e acolhe, também, iniciativas de formação continuada para trabalhadores em museus e arquivos.

O MAHLS conta com uma equipe de colaboradores e de estagiários curriculares e voluntários de diferentes cursos, principalmente de alunos de História (Licenciatura e Bacharelado), auxiliando nas funções relacionadas a exposições, organização e desenvolvimento

³¹ BELLOTTO, op. cit.

³² MAESIMA, op. cit.

³³ BELLOTTO, op. cit., p. 202.

³⁴ DICIONÁRIO de Terminologia Arquivística. São Paulo: AAB/Núcleo de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

de projetos. Seu acervo conta, majoritariamente, com coleções de mobiliário escolar, recursos materiais didáticos, objetos pessoais de alunos e professores e outras relacionadas às pesquisas sobre a história de Canoas, bem como da própria instituição, que usualmente são comunicadas em exposições temporárias e itinerantes a partir de curadorias. No entanto, o MAHLS não se restringe à salvaguarda apenas desses acervos, pois também recebe materiais diversificados que contam com acervos pessoais de alunos e ex-alunos da Universidade, bem como os da sua rede de escolas de educação básica. Trata-se de doações de pessoas com papel expressivo na história da instituição, da cidade e do estado do Rio Grande do Sul, acumulados a partir de sua vida e trajetória, como o exemplo do cineasta e estudioso de história do cinema Antonio Jesus Pfeil, acumulador do fundo a partir do qual desenvolvemos este trabalho.

Este nasceu em outubro de 1939, em Canoas. Muito próximo dos Irmãos Lassalistas, teve alguns de seus familiares fazendo sua formação no Colégio La Salle Canoas e na Unilasalle. Iniciou a coleção, partindo de um acúmulo de imagens perdidas de filmes, bem como de reportagens e outros materiais que adquiriu ao longo de sua trajetória como cineasta e pesquisador de história do cinema. Participou de eventos e premiações, como a exemplo do Festival de Cinema de Gramado e Mostras Internacionais de Cinema, fazendo parte de grupos de pesquisa relacionados ao tema. Enquanto autor e organizador de livros, Pfeil contribuiu para a historiografia de Canoas, a partir de obras como *Canoas: Anatomia de Uma Cidade* e *Origens de Canoas*³⁵. O acervo do Fundo foi acumulado a partir de 1974. A doação do acervo ao Museu Histórico La Salle deu-se em 2001.

Dentre os diversos materiais do acervo destacamos a existência de reportagens, artigos, recortes de jornais, propagandas, fichas técnicas, sinopses, roteiros de filmes, fotografias, negativos, cartões postais, cartazes e materiais de divulgação, dentre outros. De uma maneira geral estes materiais são ligados a filmes, em sua maioria brasileiros, mas que também contemplam o cinema internacional, bem como o regional. Para além dos materiais citados, podemos encontrar objetos que dizem respeito a cineastas, escritores e pensadores da sétima arte, bem como a aqueles ligados à pesquisa na área do cinema e sua história. Destacamos coleções de revistas, mais de 400 obras bibliográficas sobre cinema, esboços de projetos de pesquisa, manuscritos, correspondências e outras publicações. Por fim, também encontramos programações, relações filmográficas, convites e lembranças relacionadas a eventos dos quais Pfeil participou de alguma forma.

A partir deste Fundo é possível constituir diversos *corpora* de pesquisa, que poderão suscitar: a elaboração de biografias de cineastas brasileiros e gaúchos, bem como do próprio

³⁵ JESUS Pfeil: Nunca trabalhei na vida, eu faço o que me dá prazer. Timoneiro, Canoas, 5 de Janeiro de 2018. Geral. Disponível em: <<http://twixar.me/rJLn>>. Acessado em 18/05/2019.

acumulador do fundo; narrativas sobre as repercussões culturais de eventos cinematográficos brasileiros e gaúchos, como a exemplo do Festival de Cinema de Gramado e o seu alcance internacional na América Latina; estudos relacionados ao cinema e imagem por meio de fotografias, cartazes, negativos e cartões postais; investigações acerca das trajetórias e impactos de filmes brasileiros e internacionais, a partir de revistas cinematográficas; reconstruções da trajetória do cinema a partir dos estudos de catálogos de materiais fílmicos através das décadas.

4 A EXPERIÊNCIA E A CRIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Ao iniciarmos as atividades, desenvolvidas de março a julho de 2019, partindo de observações e reconhecimento da documentação trabalhada, notamos o acervo de cinema corretamente identificado como Fundo, uma vez que este se encontra acondicionado em separado de outras documentações, respeitando o princípio de respeito aos fundos, pois está mesclado à outros grupos documentais de função similar. Da mesma forma, a documentação já se encontrava tipificada e classificada, guardando o arranjo feito pelo seu colecionador, havendo um princípio lógico de separação baseada em assuntos e categorias de documentos. Esse se alicerça na divisão de documentações por caixas e maços documentais: as caixas são identificadas por grupos que se dividem em *Cinema Brasileiro* - que se desdobra em *Cinema Gaúcho* em determinadas caixas - e *Cinema Estrangeiro*, trazendo em seu interior diversos assuntos. Em relação aos maços de documentos, estes se encontram no interior das caixas, separando os tipos de documentos de acordo com a função inicial prevista em sua criação. Entre cada grupo e tipo de documento há uma ordenação cronológica que é estabelecida em cada uma das caixas que compõe o Fundo.

Este apresenta documentos que não somente tratam da obra de seu produtor enquanto pesquisador e cineasta, pois também traz consigo pertences pessoais de Pfeil, acumulados ao longo de sua trajetória, configurando-se assim em um fundo de documentação gerado no espectro privado da vida do produtor do acervo. É com isso em mente que os instrumentos de consulta e pesquisa foram pensados e posteriormente elaborados, uma vez que estes devem ser idealizados primando-se as necessidades do consulente, nesse caso o pesquisador. Os instrumentos criados foram elaborados baseando-se na lógica e princípio de separação dos documentos do acervo a partir da tipificação e classificação já empregada, bem como das características identificadas previamente na documentação. Essa tarefa foi desenvolvida a partir do processo de descrição documental empregado nos instrumentos, especialmente no que diz respeito ao catálogo.

Após o primeiro contato com o Fundo, quando foram identificadas as suas principais características, desempenhamos a análise de um inventário previamente elaborado, o qual havia sido iniciado no trabalho desenvolvido por uma antiga estagiária do MAHLS, e que não o havia

concluído. Tratava-se de um amplo mapeamento dos documentos que compunham o Fundo, sendo apresentados a partir de divisões técnicas como: identificação da caixa à qual o documento pertencia; identificação do maço de documentos; grupo e subgrupo; data de produção do documento; série e subsérie. Nosso trabalho deu prosseguimento à construção do inventário, buscando-se seguir a lógica da classificação e ordenação já existente.

A respeito do guia elaborado, é importante frisar que este tem algumas peculiaridades em relação a aquilo que identificamos como guia de arquivo, pois aborda um Fundo específico e visa a trazer uma prévia a respeito do que trata, de como foi construído e a partir de que intuito, buscando despertar o interesse do pesquisador.

A criação de um guia de arquivo demandaria um período maior para sua construção, uma vez que este se trata de um guia geral e completo dos documentos da instituição, como já vimos anteriormente. Portanto, o instrumento criado trata-se de um guia de acervo, pois aborda apenas a documentação relacionada ao Fundo Memória do Cinema Antonio Jesus Pfeil, contendo elementos informacionais: identificação, composta por datação, nível de descrição, dimensão e suporte; contextualização, formada por produtor/acumulador, entidade custodiadora e história arquivística; estrutura, configurada por conteúdo e classificação; condições de acesso e utilização, trazendo condições de acesso e reprodução, idiomas, características físicas, requisitos técnicos e instrumento de descrição; documentação associada, constituída por unidade de descrição relacionada e nota de publicação; dados relacionados ao controle de descrição, como identificador e data de descrição.

Enquanto o guia de acervo foi criado com o intuito de apresentar as informações gerais do Fundo, o catálogo foi pensado de forma a fornecer uma ideia dos tipos de documentos, exemplificando-os a partir de um trabalho descritivo. No entanto, ressaltamos que, ainda que o catálogo transpareça a ordem de classificação e ordenação do Fundo como deve ser, apresenta-se como seletivo, tendo em vista que traz consigo os principais tipos e exemplos de materiais que o configuram, na medida de demonstrar uma prévia do acervo, bem como suas possibilidades de pesquisa. É constituído dos seguintes elementos: Apresentação do Catálogo; Apresentação do Fundo, constituída por uma breve biografia do produtor do acervo, bem como do histórico de produção e de sua doação; Conteúdo do Acervo, formado a partir da descrição dos tipos de documentos presentes no Fundo, como a exemplo de reportagens, artigos, recortes de jornais, fichas técnicas, sinopses, roteiros de filmes etc. Todos os documentos descritos no catálogo têm suas informações apresentadas, como data de produção, assunto, caixa e maço ao qual pertence sua guarda.

Devido ao tempo disponível para a realização das atividades, tanto o guia, quanto o inventário e o catálogo de consulta e pesquisa foram criados de forma a apresentar o Fundo ao pesquisador, não havendo uma descrição minuciosa de todos os seus documentos, apenas

daqueles que exemplificam suas tipificações e categorias. Em vista disso, o foco desempenhado durante o trabalho foi direcionado à instrumentos de pesquisa mais gerais, não havendo a possibilidade da criação de um número maior e mais diversificado desses. Essa necessidade deixa margem a possível elaboração de um trabalho mais aprofundado que pode ser desenvolvido com este Fundo no futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das atividades propostas nos foi possível perceber a importância do trabalho arquivístico em acervos de caráter permanente, na medida em que estes nos proporcionam a aplicação de uma lógica de guarda e ordenação que nos permite desenvolver instrumentos de consulta e pesquisa mais precisos. Isso é possível, uma vez que estes instrumentos sejam criados de forma a transparecer esta lógica, possibilitando ao pesquisador compreendê-la para, conseqüentemente facilitar seu trabalho.

Tanto o guia de acervo, quanto o inventário sumário e o catálogo de consulta e pesquisa, criados no intuito de apresentar o Fundo sob um formato mais geral de descrição, buscam despertar o interesse do pesquisador para este acervo em questão. Isso se dá por meio de sua construção, com um trabalho descritivo que visa a dar um panorama da história da sua construção, contextualização, lógica de identificação, classificação e guarda de seus documentos, bem como as condições em que se encontram e os dados a eles relacionados.

Durante a sua análise prévia foram identificadas as diversas potencialidades de pesquisa que oferece, abrindo-se em leque de opções que permitem o desenvolvimento de trabalhos que explorem assuntos como biografias, impactos culturais, estudos imagéticos e a evolução da história do cinema. Possibilidades muito caras à pesquisadores que se dedicam ao estudo do cinema, da imagem cinematográfica e do audiovisual.

A partir da experiência nos foi possibilitada a identificação de características que nos permitem afirmar o valor cultural, social, artístico e histórico do Fundo. Isso torna-se perceptível na medida em que notamos o grau de importância da vida e obra de seu acumulador, assim como os conteúdos dos documentos relacionados a história do cinema nacional e, especialmente, regional, que se reflete na representação gaúcha no cenário cinematográfico nacional e, por vezes, internacional, deixando sua marca cultural no campo da história que configura a trajetória brasileira na sétima arte.

Tendo em vista a necessidade da criação de diversos instrumentos de pesquisa e de sua diversificação, percebemos a importância de se dar continuidade a esse trabalho. Deve-se assim, buscar concretizar a formulação de uma gama maior de materiais que colaborem para as atividades daqueles que trabalham no MAHLS, bem como daqueles que consultam e pesquisam sobre cinema, na medida de facilitar essas atividades.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla (ORG.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

COSER, Patrícia Elisiane da Rocha. **O Guia de Fundos como instrumento de pesquisa para difusão do acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. 2014. 89 f. (Monografia de Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, Sapucaia do Sul, 2014.

DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DICIONÁRIO de Terminologia Arquivística. São Paulo: AAB/Núcleo de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DUCROT, Ariane. **A classificação dos arquivos pessoais e familiares**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, FGV, 1998, n.21, p.151-168

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

JESUS Pfeil: **Nunca trabalhei na vida, eu faço o que me dá prazer**. Timoneiro, Canoas, 5 de Janeiro de 2018. Geral. Disponível em: <<http://twixar.me/rjLn>>. Acessado em 18/05/2019.

MAESIMA, Cacilda; LEME, Edson José Holtz; NETO, José Miguel Arias. **Noções de Arquivística e Organização de Arquivos Históricos**: descrição arquivística. 2010. 38 slides. Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/359971/>>. Acesso em 29 mai. 2019.

SILVA, James Roberto et al. **Organizando um Arquivo Histórico**: Um *thesaurus* para o Poder Judiciário do Estado do Amazonas e para a história. Revista Acervo, Rio de Janeiro, V. 25, n. 1, 2012, p. 161-174.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. **Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação**. In: RODRIGUES, Georgete M; LOPES, Ilza L. (org.) Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação. Brasília: Thesaurus, 2003.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. **As implicações teóricas dos arquivos pessoais**: elementos conceituais. Revista Ponto de Acesso, Salvador, V. 5, n. 1, 2011, p. 66-84.